



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO:
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E INTERDISCIPLINARES

JOÃO DE ASSIS BATISTA DE LIMA

EDUCAÇÃO DO CAMPO: PERSPECTIVAS E DESAFIOS

PRINCESA ISABEL – PB

2014

JOÃO DE ASSIS BATISTA DE LIMA

EDUCAÇÃO DO CAMPO: PERSPECTIVAS E DESAFIOS

Monografia apresentada à Coordenação do curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com a Secretaria do Estado da Educação, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Orientador: Prof. Ms. Jurani Oliveira Clementino

Princesa Isabel – PB

2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

L732e Lima, João de Assis Batista de
Educação do campo [manuscrito] : perspectivas e desafios /
João de Assis Batista de Lima. - 2014.
42 p.

Digitado.

Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação:
Práticas Ped. Interdisciplinares) - Universidade Estadual da
Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação a
Distância, 2014.

"Orientação: Jurani Oliveira Clementino, Departamento de
Educação".

1.Educação do Campo. 2.Perspectivas. 3.Movimentos
Sociais. I. Título.

21. ed. CDD 370.11

JOÃO DE ASSIS BATISTA DE LIMA

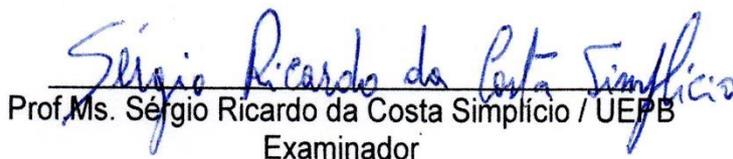
EDUCAÇÃO DO CAMPO: PERSPECTIVAS E DESAFIOS

Monografia apresentada à Coordenação do curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com Secretaria do Estado da Educação, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

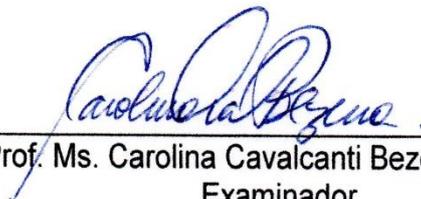
Aprovado em 14/06/2014



Prof. Ms. Jurani Oliveira Clementino / UEPB
Orientador



Prof. Ms. Sérgio Ricardo da Costa Simplicio / UEPB
Examinador



Prof. Ms. Carolina Cavalcanti Bezerra / UEPB
Examinador

DEDICATÓRIA

A minha irmã, professora Maria do Socorro Batista de Lima, por ter contribuído muito nos meus estudos. DEDICO.

RESUMO

A Educação do Campo constitui na atualidade brasileira, uma temática que tem exigido esforços de pesquisadores em direção a estudos e reflexões que contribuam á construção de novas perspectivas e novos desafios. O presente trabalho aborda a questão da Educação do Campo no Brasil, tendo como foco as interrelações entre família, escola e sociedade discutindo como vem se dando o processo até os dias atuais, descrevendo aspectos relevantes na luta dos movimentos sociais, dos órgãos governamentais, no que toca, por exemplo, a relação com a educação popular. Este estudo baseia-se na realização de uma pesquisa bibliográfica buscando compreender a trajetória e o posicionamento do Estado em relação as práticas educativas dos que trabalham e residem no meio rural. Torna-se relevante conhecer este percurso, levantando os diálogos presentes e seu envolvimento com as diversas áreas do conhecimento que tratam a temática e suas particularidades. Vem constando que a inclusão da Educação do Campo caminha lentamente. Aos poucos professores estão começado a acreditar na aprendizagem do reconhecimento da diversidade do campo. Acredita-se que questões pertinentes às pessoas do setor rural são difíceis de serem tratadas, por envolverem vários aspectos sociais: o governo, a sociedade, a profissionalização dos professores e o preconceito.

Palavras-chave: Educação do Campo. Perspectivas. Movimentos sociais.

ABSTRACT

The Education of the Field constitutes at the present time Brazilian, a theme that has been demanding researchers' efforts towards studies and reflections that contribute to the construction of new perspectives and new challenges. The present work approaches the subject of the Education of the Field in Brazil, tends as focus the interrelações among family, school and society discussing how it comes if giving the process until the current days, describing relevant aspects in the fight of the social movements, of the government organs, in what plays, for instance, the relationship with the popular education. This study bases on the accomplishment of a bibliographical research looking for to understand the path and the positioning of the State in relationship the educational practices of the ones that work and they live in the rural way. It becomes relevant to know this course, lifting the present dialogues and its involvement with the several areas of the knowledge that treat the theme and their particularities. The few teachers are beginning to believe in learning from the recognition of the diversity of the field. It is believed that issues relevant to the people of the rural sector are difficult to be treated, by various social aspects involved: the Government, the society, the professionalization of teachers and prejudice.

Keywords: education in the field. Perspectives. Social movements.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. A EDUCAÇÃO DO CAMPO	11
1.1 O Campo: Aspectos Gerais e Conceitos	18
1.2 Cultura E Identidade Campesina	21
2. REFORMA AGRÁRIA: REALIDADE OU FICÇÃO	25
2.1 A Questão Agrária da Terra do Homem Rural	29
3. A INTEGRAÇÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO PARA O NOVO MILÊNIO	31
3.1 O MST (Movimento dos Sem Terra)	34
3,2 Princípios da Educação do MST.	35
4. CONCLUSÃO	39
REFERÊNCIAS	41

INTRODUÇÃO

Este trabalho consiste em analisar as diversas formas de educação do campo. Busca-se tecer algumas considerações sobre as expectativas da vida social do homem do campo, assim desmistificando o conceito de “Jeca Tatu”, de uma pessoa de educação empobrecida, sem cultura sem identidade.

A vida dos camponeses relatada é um estágio que inclui uma série de requisitos. O que não quer dizer, necessariamente, que seja melhor ou pior na atualidade ou em outro momento da história do ser humano na Terra. Evoluir não quer dizer progresso, mas trata-se de uma transformação.

Acredita-se também, que uma fonte de desinformação e outros preconceitos perante o homem do campo, são subjacentes na mente de nossa população, a educação do campo deveria ser trazida à tona e discutida claramente para haver superação. Isso só se dará através de pesquisas e debates em torno da questão do camponês e da inclusão da Educação do Campo no ensino regular no Brasil.

Partindo-se do princípio que a história é, por definição inclusiva busca-se uma história do ser humano e de seu grupo social, para demonstrar-nos que a história da sociedade está sempre em movimento.

A princípio, as grandes civilizações da Antiguidade se fundamentaram nesse conceito que é o homem caipira, foi repleta de fantasias e erros explicada por diversos mitos. É inquestionável a importância da integração Social na Educação do Campo na realidade atual.

A intenção de analisar o comportamento de homens e mulheres e as visões sobre a manutenção da prática pedagógica no ensino da Educação do Campo no Brasil é relacionar as várias formas pelas quais os estudiosos, o governo e a sociedade interagem com a Relação Dialógica na construção do conhecimento educacional.

Os paradigmas sobre a inclusão da Educação do Campo no Brasil devem ser conquistados, de forma a tornar a sociedade inclusiva mais dinâmica, favorecendo o desenvolvimento integral e global dos homens do campo a conseguirem lidar as cobranças que o século XXI exigirá das pessoas.

A pesquisa é de abordagem qualitativa, pois se utilizaram de um estudo bibliográfico através de análise, fichamento de livros, revistas, sites da internet

relacionados ao tema abordado. Acredita-se que as fontes bibliográficas reunidas possibilitaram aos pesquisadores desenvolver analogicamente os mais variados assuntos que foram abordados da Educação do Campo.

A metodologia adotada foi o levantamento de fontes bibliográficas em livros. Procuramos entender tanto o papel da educação do campo na sociedade, mas especificamente na prática pedagógica. Segundo Tozoni-Reis (2006), a pesquisa de campo, como próprio nome indica, tem a fonte de dados no campo em que ocorrem os fenômenos.

A investigação foi realizada junto a população Brasileira com sua distribuição e estrutura. De acordo Almeida e Rigolin (2002, p 440) o censo 2000 revela um novo Brasil. Por isso, precisamos conhecer seus resultados para entender melhor quantos somos, onde e como vivemos (campo, cidade e tipos de moradia).

Os instrumentos realizados para as pesquisas foram o IBGE em conjunção com a Secretaria de Estado da Educação do Paraná SEEED/PR, que desde 2003 coordena a proposta de uma Educação do Campo em várias regiões do Estado formado o Grupo de Estudos da Educação do Campo com os professores da Rede Estadual de Ensino do Paraná em nossos encontros estudamos as trajetórias e as concepções da Educação rural, tivemos a oportunidades de refletir e debater a partir dos textos, com os eixos temáticos das Diretrizes Curriculares da Educação do Campo para o Estado do Paraná.

Segundo a Secretaria de Estados da Educação do Paraná SEEED/PR, em maio de 2001, a Articulação Paranaense definiu uma pauta de reivindicações para participar da semana de lutas pela agricultura, promovida por diversos movimentos e entidades. Nessas discussões, as propostas foram atendidas em 2002, com a criação da Coordenação da Educação do Campo.

A entrevista é uma técnica muito presente na etapa da coleta de dados da pesquisa qualitativa, em especial no trabalho de campo, tendo como objetivo buscar informações através da fala dos sujeitos a serem ouvidos, os entrevistados. Os capítulos tem o objetivo de evidenciar uma metodologia sobre a Educação do Campo.

Segundo o IBGE, com uma população estimada do ano de 2013 de aproximadamente 201.032.714 habitantes. A atual configuração do território brasileiro compreende 8.547.403 Km², colocam o Brasil como o mais extenso país da América do Sul, o terceiro maior da América e a quinta área do mundo. Em

contrapartida, apresenta uma demografia completamente desequilibrada pela ocorrência da migração desordenada.

Tem-se o propósito em demonstrar as relações existentes entre a prática pedagógica perante a Educação do Campo, na tentativa de compreender o processo das transmissões dos valores culturais e tentar quebrar essa perpetuação para promover e impor uma nova relação da exclusão da conscientização da preservação do meio ambiente para a socialização da humanidade como um todo.

A Educação do Campo tem sido historicamente marginalizada na construção de políticas públicas. Tratada como política compensatória, suas demandas e sua especificidade raramente tem sido objeto de pesquisa no espaço da academia e na formação de currículos nos diferentes níveis e modalidades de ensino. A educação para os povos do campo é trabalhada a partir de um currículo essencialmente urbano e, geralmente, deslocado das necessidades e da realidade do campo. Mesmo as escolas localizadas nas cidades têm um currículo e trabalho pedagógico, na maioria das vezes, alienante, que difunde uma cultura burguesa e enciclopédica. É urgente discutir a educação do campo, mas especialmente a educação pública no Brasil? Será que a educação tem servido para o desenvolvimento da cultura entendida como práxis, ou tem contribuído para fazer avançar a cultura como conceito afirmativo. Burguês? A partir desta reflexão e analisando o contexto atual no que tange a Educação do Campo em nossas escolas alguns aspectos se fazem relevantes nesta modalidade para o meio rural e afirmamos nossa identidade vinculada a uma Educação do Campo? A que une e identifica os diferentes sujeitos da Educação do Campo?

1. A EDUCAÇÃO DO CAMPO

Esse capítulo tem como objetivo discutir os principais problemas causados pelas faltas de informações sobre a população do campo, compreendendo aspectos relevantes da questão da educação do campo com destaque nos aspectos gerais da prática pedagógica, da zona rural.

Historicamente a educação esteve presente em todas as Constituições brasileiras, entretanto, mesmo o país sendo essencialmente agrária, desde a sua origem, a educação rural não foi mencionado nos textos constitucionais de 1824 e 1891.

Como afirma LEITE (1999, p. 28) em seu estudo sobre a educação rural.

A sociedade brasileira somente despertou para a educação rural por ocasião do forte movimento migratório interno dos anos 1910/20, quando um grande número de rurícolas deixou o campo em busca das áreas onde se iniciava um processo de industrialização mais amplo.

Os povos do campo demonstraram sua organização por meio da reivindicação de condições de trabalho, divisão da terra, de forma a garantir a produção de subsistência, a reforma agrária e a delimitação territorial das terras dos povos indígenas.

Desta forma, surgiu o Ruralismo Pedagógico que objetivava fixar o homem ao campo, que teve sua duração até a década de 1930. Em 1937 foi criada a Sociedade Brasileira de Educação Rural, com o intuito de expandir o ensino e preservar a cultura do homem do campo. O elevado número de analfabetos na área rural foi destacado no VIII Congresso Brasileiro de Educação, reforçando assim a preocupação com a educação rural. (LEITE, 1999).

O que marca este período da história é uma gradativa substituição de poder de uma agrária para as emergentes elites industriais. A grande preocupação do período é com o movimento migratório campo-cidade e com a elevação da produtividade do campo, numa conjuntura em que a industrialização e a urbanização dão seus primeiros e concretos passos.

É o momento em que a cidade se consolida com a referência da modernização e do progresso, e enquanto o campo representa o antigo e o rústico. O próprio termo rural tem a mesma raiz de rústico e rude, enquanto o termo cidade dá origem a cidadão e cidadania. Observamos que as negações da cultura campesina nas

escola foram construídas sistematicamente, vista de maneira preconceituosa, não reconhecendo sua riqueza e sua importância.

Após a II Guerra Mundial foi criada a Comissão Brasileira-Americana de Educação das Populações Rurais, no âmbito da interferência da política norte-americana no país. Foram instaladas as Missões Rurais e, ao final dos anos de 1940 foi criada a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural.

As ações governamentais eram marcadas pelo entendimento do camponês como carente, subnutrido, pobre e ignorante. A educação desenvolvia-se com o intuito de proteção e assistência ao camponês. Na década de 1950 foi criada a Companhia Nacional de Educação Rural e o Serviço Social Rural, com preocupações voltadas à formação de técnicos responsáveis pelo desenvolvimento de projetos de educação de base e programas de melhoria de vida, porém não discutia efetivamente a origem dos problemas vividos no campo.

Na década de 1960, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 402/61) deixa a educação rural a cargo dos municípios. Na mesma década, Paulo Freire (1961) oferece contribuições significativas à educação popular, com os movimentos de alfabetização de adultos e com o desenvolvimento de uma concepção de educação dialogada, crítica e emancipatória valorizando a prática social dos sujeitos, portanto, uma proposta à prática educativa bancária para a educação rural, uma vez que nem se discutia o ensino de 2º grau (atual Ensino Médio) para as escolas rurais.

Com a aprovação da Constituição de 1988, a educação destaca-se como direito de todos. E, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, há o reconhecimento da diversidade do campo, uma vez que vários artigos estabelecem orientações para atender esta realidade adequando as suas peculiaridades, como os artigos 23, 26 e 28, que tratam tanto das questões de organização escolar como de questões pedagógicas. Entretanto, mesmo com estes avanços na legislação educacional, a realidade das escolas para a população rural continuava precária.

A LDB em seu artigo 28 § I, II e III estabelece as seguintes normas para a educação do campo:

Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino proverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I – conteúdos curriculares e metodologia apropriada às reais necessidades e interesses dos alunos na zona rural; II – organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições

climáticas; III – adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 1996).

Ao reconhecer a especificidade do campo, com respeito à diversidade sócio cultural, o artigo 28 traz uma inovação no sentido de acolher as diferenças sem transformá-las em desigualdades, o que implica que os sistemas de ensino deverão fazer adaptações na sua forma de organização, funcionamento e atendimento para se adequar ao que é peculiar à realidade do campo, sem perder de vista a dimensão universal do conhecimento e da educação.

No final dos anos de 1990 espaços públicos de debate sobre a educação do campo foram efetivados, a exemplo do I Encontro de Educadores e Educadoras dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), com apoio da Universidade de Brasília (UnB) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), especialmente, dentre outras entidades. Neste evento foi lançado um desafio: pensar a educação pública a partir do mundo do campo, levando em conta o seu contexto em termos de sua cultura específica, quanto à maneira de conceber o tempo, o espaço, o meio ambiente e quanto ao modo de viver, de organizar família e trabalho. Uma nova agenda educacional contemplando a educação do campo foi lançada. Ainda, em 1998 foi realizada a I Conferência Nacional Por uma Educação das Nações Unidas para o Desenvolvimento da Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Cabe, portanto a nós educadores, caracterizar as práticas socioculturais vividas na comunidade onde a escola está inserida, fazendo inserção de conteúdos devidamente selecionados que possam auxiliar os alunos no exercício e na reflexão. Este procedimento leva o educando a reconhecer as particularidades culturais do país, e especificamente a sua própria, para então, obter uma visão de superação e libertação frente ao modelo de subordinação a que o homem do campo foi submetido ao longo da colonização.

Aqui se demonstra a nova versão do “caipira”, pois Sotero (2004), quis dizer com sua fala que hoje o caipira é aquele que se institui e volta a aplicar seus conhecimentos na terra. Que leva as outras famílias a procurarem educação e informação para melhoria do seu trabalho na terra. Também vem ressaltar sua importância na interdependência da cidade e campo, pois ambos vivem em harmonia quando se fala em produção e comércio. O trabalho do campo se torna indispensável na produção de alimentos que é consumido nas cidades e os trabalhadores urbanos precisam das fábricas e indústrias para tirar seu sustento.

O objetivo desta exposição é refletir sobre a identidade que vem sendo construída pelos sujeitos que se juntam para lutar por uma educação do campo. A partir desta reflexão e analisando o contexto atual no que tange a Educação do Campo em nossas Escolas: por que não aceitamos mais falar em uma educação para o meio rural e afirmamos nossa identidade vinculada a uma Educação do Campo? O que une e identifica os diferentes sujeitos da Educação do Campo?

A realidade que deu origem a este movimento por uma educação do campo é de violenta desumanização das condições de vida no campo. Uma realidade de injustiça, desigualdade, opressão, que exige transformações sociais estruturais e urgentes. Os sujeitos da educação do campo são aquelas pessoas que sentem na própria pele os efeitos desta realidade perversa, mas que não se conformam com ela. São os sujeitos da resistência no e do campo: sujeitos que lutam para continuar sendo agricultores apesar de um modelo de agricultura cada vez mais excludente, sujeitos da luta pela terra e pela Reforma Agrária, sujeitos da luta por melhores condições de trabalho e pela identidade própria desta herança, sujeitos da luta pelo direito e em identidades de direitos sociais respeitados, e sujeitos de tantas outras resistências culturais, políticas, pedagógicas[...] (Caldart, 2002 p. 152).

No Brasil a questão da terra para o homem do campo tem como consequências de seu passado fatores principais como a falta de metas governamentais para a agricultura e o êxodo rural. O objetivo de estudo visa apontar as relações existentes entre a prática pedagógica perante a Educação do Campo e a preocupação em encontrar o processo das transmissões dos valores culturais procurando quebrar essa perpetuação e promover e impor uma nova relação no que diz respeito à exclusão do homem do campo e a socialização da humanidade como em todo. “O Brasil é um exemplo de país contraditório, com imenso potencial humano e de biodiversidade, mas com excessivas concentrações de renda e altos níveis de pobreza” (DCE, 2006, p. 15).

Diante das questões contraditórias presente no processo histórico da sociedade brasileira tem presença à questão agrária, que, como diz Martins (2000, p. 98-99 in DCE, 2006 p. 15).

[...] tem a sua própria temporalidade que não é o tempo de um governo. Ela não é uma questão monolítica e invariante: em diferentes sociedades, e na nossa também, surge em circunstâncias históricas determinadas e passa a integrar o elenco de contradições, dilemas, tensões que mediatizam a dinâmica social, e, nela, a dinâmica política.

Como se pode observar a visão do autor sobre a questão agrária é uma trata-se de conjunturas políticas e econômicas. “A questão agrária está no centro do processo constitutivo do Estado republicano e oligárquico no Brasil, assim como a

questão da escravidão estava nas próprias raízes do Estado monárquico no Brasil imperial” (MARTINS, 2000, p. 101).

A semelhança e diferença educacional entre o presente, o passado e o espaço local, regional, nacional é o desafio que está colocado para a Exclusão do homem do campo. Mas, ainda hoje várias regiões se mostram muitos não conseguem enxergar ou finge ver a necessidade da integração Social discutida pela LDB planejamento educacional que visa o setor rural brasileiro.

Este objetivo de pesquisa ingressa no cenário acadêmico um espaço de estudo e espera colaborar com estas impressões empíricas utilizando a concepção do ser humano da realidade histórica, como teoria de base para a discussão das negociações dos projetos de valorização patrimonial da humanidade para um bom convívio da sociedade inclusiva para todos os setores urbano e rural. Um panorama sobre a caminhada política que começaram desde o principio desse tal “Descobrimento” do Brasil tivemos uma ocupação desordenada das terras uma invasão propriamente dita nesse poder dos latifundiários, e dali foram criadas as Capitânicas Hereditárias e as Sesmarias que criaram no Brasil uma estrutura agrária extremamente concentrada e a conjunção do processo de redemocratização no dia de hoje, as transformações no cenário político e socioeconômico provocaram fortes reflexos no Brasil sobre o estudo do campo.

As origens dessa distribuição desigual de terras em nosso país estão em seu passado colonial. As capitânicas hereditárias, que inseriram o Brasil no sistema colonial mercantilista, foram os primeiros latifúndios brasileiros: a colônia foi dividida em quinze grandes lotes entre doze donatários. A expansão da lavoura açucareira no litoral manteve o latifúndio como uma de suas características, ao lado da monocultura e da escravidão da mão de obra africana no sistema de plantation voltados a exportação. Portanto, a ocupação das terras brasileira aponta para uma acentuada concentração de terras. Foi a Lei de Terras, promulgada em 18 de agosto de 1850, que praticamente instituiu a propriedade privada da terra no Brasil. (ALMEIDA; RIGOLIN, 2002, p. 406)

A pesquisa de campo pode ainda ser útil para mostra para as pessoas as técnicas de metamorfose por que passou a política brasileira conhecida durante muito tempo como a reforma agrária. Percebemos de um modo geral, tornou possível a discussão sobre a situação do povo brasileiro na atualidade, é que continua a mesma predominância das elites fundiárias nós chegamos mais de Quinhentos anos de história, as bases estruturas das concentrações das terras são praticamente as mesmas ao longo da História Brasileira.

As discussões e estudos realizados, em torno da questão da reforma agrária brasileira. O fato é que sempre tivemos uma tendência de dar aos homens do campo conotações erradas, o que é muito perigoso. As vidas dos camponeses como vão relatar neste presente trabalho, é um estagio que inclui uma serie de requisitos. O que não quer dizer, necessariamente, que seja melhor ou pior na atualidade ou em outro momento da história do ser humano na terra. Evoluir não quer dizer progresso, mas trata-se de um transformação.

A Reforma Agrária aparece através das necessidades dos próprios trabalhadores. Aparece como condição para que outras necessidades sejam atendidas: necessidade de sobrevivência, necessidade de emprego, necessidade de saúde, de educação, de justiça, de futuro, de paz para as novas gerações, de respeito por sua própria logica (camponesa) anticapitalista (isto é, por seu modo de pensar e de interpretar a vida), necessidade de integração politica, de emancipação (isto é, de libertação de todos os vínculos de submissão), de reconhecimento como sujeitos de seu próprio destino e de um destino próprio, diferente, se necessário (MARTINS, 1994, p. 159).

Desde muito tempo o homem vem reivindicando seu espaço no campo, até mesmo a.C, conforme alguns versículos do Antigo Testamento... “Porque há esperança para a árvore,[...] “ao cheiro das águas brotará e dará ramos com a planta nova” (Jo 14: 7^a , 9^a).

Com o aumento da população assumiu-se uma função de produção em massa, agravando o problema ambiental, não só no Brasil, mas também em países em desenvolvimento. Resultando nos desmatamentos de grandes extensões de florestas para o crescimento urbano e com isso o crescimento industrial. Dessa forma deixou-se de pensar no campo e os chamados “camponeses” foram sendo esquecidos, deixados para trás sem nenhuma importância na sociedade capitalista.

Com a chegada dos grandes latifundiários a economia do país teve segmento para a agroindústria, com o alvo nos abastecimentos internos e externos. Esse crescimento foi tomando o trabalho do campo escravo, pois, quem tinha suas pequenas propriedades eram expulsos ou obrigados a vender suas terras para os grandes fazendeiros, que por sua vez, usavam a mão de obra dos camponeses, tornando-os, respectivamente, senhores e servos.

No processo, como se encontrava, alguns camponeses deram início às revoluções, impulsionando a questão da reforma agrária, até então não conhecida como tal. Nesse início surgiram, no lugar do trabalho servil, os arrendatários, apenas

atenuando os problemas agrários da época até que no início do século XIX, eclodiram as forças burguesas juntamente com os camponeses, derrubando o regime monárquico.

Foram, então, surgindo os movimentos sociais voltados aos problemas urgências da época e somente após a II Guerra Mundial, ouviu-se falar no termo Reforma Agrária. Apesar de não ser ainda tão fortalecida, pois crescia o agronegócio, o tal modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista, onde ocorrem plantações em grande escala em suas mais diferentes fases intensificando a exploração do homem com o trabalho braçal. Convencendo a todos que é ela que é a responsável pela totalidade da produção do país, envolvendo a mídia e os meios de comunicação para divulgar as safras e os preços pagos pela mesma, tomando-se a supremacia da situação com suas estratégias.

Com isso se deixa de lado a agricultura camponesa que é ainda responsável por mais da metade da produção do campo, apenas de ser a menos favorecida e com isso leva-se muito prejuízo, tem uma fatia no crédito bem menor que os grandes latifundiários, são forçados a integrar-se nas relações sociais e também do território organizados pelos grandes fazendeiros.

A agricultura camponesa tem a visão de produzir diversidades, respeitando os recursos naturais. Então os conflitos aumentam e se tornam mais acentuados, pois o Agronegócio ainda tem controle do poder político e do espaço. O que se percebe é que a ocupação das terras fere a lógica do agronegócio, por isso chamado de movimento social e com bastante discriminação. Mas a cada ocupação de terras, ampliam-se os objetivos propostos pelo homem do campo de estar voltando para o campo e fortalecendo-se cada vez mais contra as ideologias do agronegócio. Os MSTs, hoje estão conseguindo espaço para colocarem em prática o que chamamos de Agroecologia, que de acordo com CAPORAL que significa agricultura de bases ecológicas. O que é isso? É a utilização da ciência e suas tecnologias interagindo nas atividades agrárias sob as perspectivas da ecologia.

1.1 O CAMPO: ASPECTOS GERAIS E CONCEITOS.

A educação do campo tem sido historicamente marginalizada na construção de políticas públicas. Tratada como política compensatória, suas demandas e sua

especificidade raramente tem sido objeto de pesquisa no espaço da academia e na formulação de currículos nos diferentes níveis e modalidades de ensino. A educação para os povos do campo é trabalhada a partir de um currículo essencialmente urbano e, geralmente, deslocado das necessidades e da realidade do campo. Mesmo as escolas localizadas nas cidades têm um currículo e trabalho pedagógico, na maioria das vezes, alienante, que difunde uma cultura burguesa e enciclopédica. É urgente discutir a educação do campo, mas especialmente a educação pública no Brasil. Será que a educação tem servido para o desenvolvimento da cultura entendida como *práxis*, ou tem contribuído para fazer a cultura como conceito afirmativo burguês?

É importante fazer uma distinção dos termos rurais e campo. A concepção de rural representa uma perspectiva política presente nos documentos oficiais, que historicamente fizeram referência aos povos do campo como pessoas que necessitam de assistência e proteção, na defesa de que o rural é o lugar do atraso. Trata-se do rural pensado a partir de uma lógica economicista, e não como um lugar de vida, de trabalho, de construção de significados, saberes e culturas. Como consequência das contradições desse modelo de desenvolvimento, temos por um lado, a crise do emprego e a migração campo/cidade e, por outro a reação da população do campo que diante do processo de exclusão se organiza e luta por políticas públicas construindo alternativas de resistência econômica, política e cultural que também inclui iniciativas no campo da educação.

Já, a concepção de campo, tem o seu sentido cunhado pelos movimentos sociais no final do século XX, em referência à identidade e cultura dos povos do campo, valorizando-os como sujeitos que possuem laços culturais e valores relacionados à vida na terra. Trata-se do campo como lugar dos povos que o têm como lugar de vida de trabalho, de cultura, da produção de conhecimento na sua relação de existência e sobrevivência. Sendo assim, esta compreensão de campo vai além de uma definição jurídica, configurando-se como um conceito político, ao considerar as particularidades dos sujeitos e não apenas sua localização espacial e geográfica. A perspectiva da educação do campo articula-se a um projeto político e econômico de desenvolvimento local e sustentável, desde a perspectiva dos interesses dos povos que nele vivem.

O que caracteriza os povos do campo é o jeito peculiar deles se relacionarem com a natureza, o trabalho na terra, a organização das atividades produtivas

mediante a utilização da mão de obra dos membros da família, cultura e valores que enfatizam as relações da colheita, o vínculo com uma rotina de trabalho que nem sempre segue o relógio mecânico. A identidade dos povos do campo comporta categorias sociais como posseiros boias-frias, ribeirinhos, atingidos por barragens, assentados, acampados, arrendatários, pequenos proprietários ou colonos ou sitiantes (dependendo da região do Brasil em que estejam), caboclos dos Faxinais, comunidades negras rurais, quilombolas e, também, as etnias indígenas.

A identidade política coletiva é gerada a partir da organização das categorias em movimentos sociais, a exemplo do MST, das etnias indígenas, dos Quilombolas, dos Atingidos por Barragens e daqueles articulados ao sindicalismo rural combativo.

Já a identidade sociocultural é dada pelo conceito de cultura. Schelling (1991) traz uma definição de cultura como práxis que pode ser útil à educação do campo. Para a autora, a capacidade do homem de se transformar e ser transformado são uma característica humana genética (estruturar e ser estruturado) e essa capacidade encontra-se na base do conceito de cultura como práxis. É por meio da práxis.

[...] que o homem não só se adapta ao mundo, como também o transforma. Essa transformação ocorre em dois níveis em primeiro lugar no nível da interação do homem com a natureza e como ser da natureza, modificando o ambiente natural com o uso de ferramentas. Ocorre também o nível da consciência, da interação comunicativa entre os indivíduos e sua organização social (SCHELLING, 1991, p.37-38).

Sendo assim, o conceito de cultura como *práxis* guarda relação com a compreensão da história como processo coletivo de autocriação do homem, colocando a possibilidade de criar uma ordem social de maior liberdade e justiça (SCHELLING, 1999).

O entendimento do campo como um modo de vida social contribui para a autoafirmação da identidade dos povos do campo, no sentido da valorização do seu trabalho, da sua história, do seu jeito de ser, dos seus conhecimentos, da sua relação com a natureza e como ser da natureza; valorização esta que deve se dar pelos próprios povos do campo, numa atitude de recriação da história. Em síntese, o campo retrata uma diversidade sociocultural, que se dá a partir dos povos que nele habitam: assalariados, reassentados atingidos por barragens, pequenos proprietários, vileiros rurais, povos das florestas, etnias indígenas, comunidades

negras rurais, quilombos, pescadores, ribeirinhos, e outros mais. Entre estes, há os que estão vinculados a alguma forma de organização popular, outros não. São diferentes gerações, etnias, gêneros, crenças e diferentes modos de trabalho, de viver, de se organizar, de resolver os problemas, de lutar, de ver o mundo e de resistir no campo.

A educação do campo não pode estar desvinculada de um projeto de desenvolvimento do campo que se pretende construir. Ao considerar estes povos, que ao longo da história foram explorados e expulsos do campo, devido a um modelo de agricultura capitalista, que tem como eixo a monocultura e a produção em agrotóxicos, sementes transgênicas; o desmatamento irresponsável; a pesca predatória; as queimadas de grandes extensões de florestas; a utilização de mão de obra escrava, entre outros, é necessário que se assuma na educação do campo a construção de um modelo de desenvolvimento que tenha como elemento fundamental o ser humano; que seja como Fernandes (2005) afirma um debate da questão agrária mediante o princípio da superação, portanto, da luta contra o capital e da perspectiva de construção de experiências para a transformação da sociedade.

É na educação do campo que devem emergir os conteúdos e debates sobre a diversificação de produtos, a utilização de recursos naturais, a Agroecologia, as sementes crioulas, a questão agrária e demandas históricas por reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais e suas demandas por melhores condições de trabalho, a pesca ecologicamente sustentável, o preparo do solo etc., possibilitando o estudo de um modelo de desenvolvimento do campo que se contraponha ao modelo hegemônico.

1.2 CULTURA E IDENTIDADE CAMPESINA

A concepção de educação do campo que se pretende construir caracteriza-se por:

- 1) concepção de mundo em que o ser humano é sujeito da história, ele não está “colocado” no mundo, mas ele é o mundo, faz cultura. O homem do campo não é atrasado e submisso, possui um jeito de ser peculiar; pode desenvolver as suas atividades mediante o controle do relógio mecânico ou do relógio “observando” no movimento da Terra, manifesto no “posicionamento” do Sol. Ele pode estar organizado em movimentos sociais, em associações ou estar atuando de forma

isolada, mas o seu vínculo com a terra é fecundo. Ele cria alternativas de sobrevivência econômica num mundo de relações capitalistas selvagens.

2) concepção de escola como local de apropriação de conhecimentos científicos, construídos historicamente pela humanidade e como local de produção de conhecimentos mediante o estabelecimento de relação entre o conhecimento científico e o conhecimento do mundo da vida. Os povos do campo querem que a escola seja o local que possibilite a ampliação dos conhecimentos, portanto, os aspectos da realidade podem ser pontos de partida do processo pedagógico, mas nunca o ponto de estacionamento. O desafio é lançado ao professor historicamente acumulados que devem ser trabalhados nos diferentes momentos pedagógicos. Os povos do campo estão inseridos nas relações sociais do mundo capitalista e elas precisam ser desveladas na escola.

3) concepção de conteúdos e metodologias de ensino: conteúdos escolares são selecionados a partir do significado que tem para determinada comunidade escolar. Esta seleção requer procedimentos de investigação por parte do professor, de forma que ele possa determinar quais conteúdos históricos contribuem nos diversos momentos pedagógicos para a ampliação dos conhecimentos dos educados. Estratégias metodológicas dialógicas nas quais a indagação seja frequente exigem do professor muito estudo, preparo das aulas e possibilitam o estabelecimento de relação entre os conteúdos científicos e aqueles do mundo da vida que os educando trazem para a sala de aula.

4) concepção de avaliação: processo contínuo e realizado em função dos objetivos propostos para cada momento pedagógico seja bimestral, semestral ou anual. Pode ser realizada de diversas maneiras: trabalhos individuais, atividades em grupos, trabalhos de campo, elaboração de textos, criação de diversas atividades que possam ser um “diagnóstico” do processo pedagógico em desenvolvimento. Muito mais do que uma verificação para fins de notas, a avaliação é um diagnóstico do processo pedagógico, do ponto de vista dos conteúdos trabalhados, dos objetivos, e da apropriação e produção de conhecimentos. É um diagnóstico que faz emergir os aspectos que precisam ser modificados na prática pedagógica.

O ato da “escuta” é essencial para a educação que se quer construir: escutar os povos do campo, a sua sabedoria, as suas críticas; escutar os educados e as suas observações, reclamações ou satisfações com relação à escola e à sala de aula; escutar as carências expostas pelos professores das escolas do campo, enfim,

é um ato de escuta de cada um dos sujeitos que fazem o processo educativo: comunidade escolar, professores e os governos, nas esferas municipal, estadual e federal. Por meio da escuta será gerado o diálogo e dele serão explicadas as propostas políticas e pedagógicas necessárias à escola pública.

Os conhecimentos desses povos precisam ser levados em consideração, melhor, é o ponto de partida das práticas pedagógicas na escola do campo.

Quais são os conhecimentos dos povos do campo? Segundo Damasceno (1993, p. 57) entende que a prática produtiva e políticas dos camponeses são as fontes básicas do conhecimento social. Para ela, os saberes sociais dos camponeses podem ser; 1) engendrados na prática produtiva do campesinato. 2) elaborar na prática política envolvendo a construção da identidade de classe e a organização política do campesinato.

Portanto, são os conhecimento do mundo do trabalho no campo, das negociações em torno da produção, das necessidades básicas para a produção de determinados produtos, a organização dos trabalhadores em cooperativas; iniciativas na área da Agroecologia; organização das comunidades de pescadores. Enfim, são grupos de resistência, que se recusam a inserir-se no modelo capitalista competitivo de produção e criam alternativas outras para manter o vínculo com o trabalho e vida no campo. E, os conhecimentos do mundo da política, da participação ou da observação de como se dá a tomada de decisão por parte do poder público local, nacional, e da organização que se faz necessária aos povos do campo, para que sobrevivam na lógica perversa que o mercado impõe àqueles que constituem força de trabalho e/ou vivem da produção em pequenas parcelas de terras.

Compreender a educação a partir da diversidade presente no campo, do modo de vida, implica em construir políticas que assegurem o direito à igualdade com respeito às diferenças; a construção de uma política pública de educação na qual a formação de professores possa contemplar estes fundamentos.

Esta forma própria de existência produz saberes, que foram acumulados ao longo das experiências vividas pelos sujeitos do campo.

Destaca-se a importância da escola estar localizada no campo, para que seja reforçado o debate da educação do campo. Mesmo havendo necessidade de nuclearização, é importante que esta seja efetivada no próprio campo.

A escola vai além de um local de produção e socialização do conhecimento, sendo também espaço de convívio social, onde acontecem reuniões, festas, celebrações religiosas, atividades comunitárias – como bazar, vacinação, etc., possibilitando articulação da comunidade, potencializando a permanente construção de uma identidade cultural, possibilitando especialmente a elaboração de novos conhecimentos. Sem deixar de falar, que evita o desgaste provocado pelas grandes distancias e pelo transporte de baixa qualidade.

Enfim, trazer a educação do campo para o debate no âmbito das políticas educacionais, da formação de professores, da prática pedagógica nas escolas é reconhecer a existência de modo de vida que tem sido frequentemente desvalorizado na sociedade brasileira e dos quais muitos de nós fazemos parte.

Entende-se a que educação é uma das mediadoras do processo de formação social, particular de cada sociedade, mas que em decorrência da mundialização do capital, da crise e reforma do Estado, do processo de produção flexibilizado, da prevalência lógica do mercado sobre as relações sociais entre outros, esta tem sido alçada a condição de mercadoria. Para Meszaros (2005), isto se deve ao fato de que a educação tem se constituído um peça no processo de acumulação capitalista e no convencimento ideológico para a reprodução do sistema de classes.

No campo, isso não se diferencia e, talvez, mostre a sua face mais perversa, quando se nega esse direito ou se precariza a sua oferta, fato que se tem mantido na história e política educacional brasileira como que perdura séculos. Assim, a Educação Rural manteve-se no espaço-tempo, entre seu surgimento no século XIX até sua institucionalização dentro da esfera de Estado, entre as décadas de 1930 e 1940, identificada com a forma de pensar a terra, o trabalhador rural e o seu espaço de vida e produção sob um viés salvacionista e “missionário”, no sentido de dotar o homem do campo de instrução necessária e aprimorar a técnica produtiva, eficazmente fixando-o ao meio rural.

Posteriormente, a década de 1990, traria para a cena histórica a emergência de outro modelo de pensar a educação, agora, a partir da ótica dos movimentos sociais do campo e de educadores engajados nessa causa.

A partir dos anos de 1990. O movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, junto com outras organizações sociais, engajou-se num movimento nacional por uma educação do campo, com grande mobilização e forte pressão social. Tal mobilização foi capaz, inclusive, de pressionar o Estado por políticas públicas para o campo. Além disso, mudou o foco

teórico do debate, com a conceituação Educação do Campo em contraposição à Educação Rural, avançando na direção de uma educação em sintonia com as populações que vivem e trabalham no campo (V ENDRAMINI, 2009, p. 32)

Convém ressaltar, que o planejamento de políticas educacionais rurais expressaram a interligação destas dimensões que articulada a um pensamento hegemônico nacional, assentado no fomento ao consenso ideológico a partir de uma política autoritária, residual e para o camponês, na qual o Estado comporta-se como, um organismo primordial a assegurar as mesmas.

2. REFORMA AGRÁRIA: REALIDADE OU FICÇÃO?

As transformações no cenário político, social e econômico provocaram fortes reflexos no Brasil sobre o estudo do campo. Percebemos que os paradigmas sobre a inclusão da educação do campo no Brasil devem ser conquistados, de forma a tornar a sociedade inclusiva mais dinâmica. Favorecendo o desenvolvimento integral e global dos homens do campo a conseguirem lidar as cobranças que o século XXI exigirá das pessoas.

A ineficácia no que se refere aos diversos e diferentes discursos que cercam o tema de reforma agrária e que não encontram respaldo frente às constantes mudanças nas conjunturas governamentais, políticas e econômicas, faz com que debruçemos nossos estudos sobre o tema em questão.

Após o fim do tráfico de escravos, ou melhor, com o surgimento da Lei que proibia, e que coincidia com a Lei de Terras (Lei nº 601, de 18-09-1850), pela qual “ficavam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja a compra”, iniciaram-se algumas experiências para se desenvolver a produção Agrária, com mão de obra livre. A primeira experiência de utilização da força de trabalho livre e estrangeira foi realizada pelo senador Vergueiro, grande fazendeiro da região oeste de São Paulo, que, em 1846, trouxe 364 famílias da Alemanha e da Suíça. Em 1852, importou mais 1500 colonos e, posteriormente, se propôs a trazer mais 1000 colonos. (TOMAZI, 1993, p.67).

O estudo deste tema perfaz assunto de grande cunho científico jurídico e social, sobre dois aspectos: Primeiramente, por levar os objetivos desse peculiar movimento social ao contexto educacional superior e logo após, num segundo momento de acontecer. De acordo com Tomazi (1993, p.63) “a partir dessa constatação pode-se afirmar que, sem sombra de dúvida, o que ocorreu nesse imenso território a partir de 1500 foi uma verdadeira invasão de estrangeiros, que desembarcaram em seu litoral e, pouco a pouco, foram conquistando e dominando todos os povos que aqui viviam”.

Para o fazendeiro, o que mais importava era que os imigrantes fossem pobres e com família numerosa, pois, assim, não poderia pagar suas dívidas de transporte facilmente, o que também significavam mais braços para trabalhar na fazenda. Além disso, o estado de pobreza desses imigrantes os impossibilitava de ter acesso a terra, que, conforme a Lei de Terras de 1850, só era possível por meio de compra (TOMAZI, 1993, p.69).

Pensamos ser fundamental voltarmos à atenção a estes movimentos para podermos compreender o avanço político que o campesinato teve por volta da década de 1950. Pensamos ser importantes ressaltar a lutas dos trabalhadores do campo durante a República, excluindo durante muito tempo na história, o camponês, como se fosse incapaz de participar politicamente dos acordo políticos.

As crescentes mobilizações do meio urbano e rural proporcionaram conquistas importantes para os trabalhadores como relação aos direitos de cidadania, como por exemplo, a promulgação, em 1963, do Estatuto do Trabalhador Rural, que significou a extensão da legislação trabalhista ao meio rural (TOMAZI, 1993, p.244).

Na realidade tiveram todos eles em sua base desesperada pela sobrevivência daqueles que necessitavam da terra para produzir e eram incluídos de possuí-la.

Um ponto alto do processo de mobilização e organização dos trabalhadores foi à criação, em 1962, do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), que aglutinou diversas confederações, federações, entidades intersindicais e de pactos de unidades, passando a comandar o movimento operário em nível nacional. Nesse processo, há que se destacar o movimento das Ligas Camponesas. Surgidas em 1954, em Pernambuco, as Ligas se espalharam para outros Estados, vindo a ser denominadas, em 1963, Ligas Camponesas do Brasil, cuja bandeira de luta era: “Reforma agrária e na marra” (TOMAZI, 1993, p.245).

Segundo os estudos do sociólogo Tomazi, o (1993) brasileiro é a única classe social que desde a Proclamação da República, tem uma reiterada experiência direta com esses movimentos, rebeliões e revoltas dos trabalhadores rurais mostravam as formas de situação de exploração das oligarquias rurais, criando um estado de classe dominante dos latifúndios sobre os camponeses. Para mudar essa visão, é necessário encontrar o caminho da inclusão, do respeito ao homem do campo. Muitas arbitrariedades ocorrem no dia-a-dia pela falta da democratização social, na qual se inclui a universalização do direito da cidadania.

Esse processo de intensa participação, no entanto, foi interrompido com o golpe militar de 1964, que a pretexto de livrar o país do perigo comunista e respaldando-se no binômio ideológico “segurança e desenvolvimento”, restringiu a participação popular através da criação do bipartidarismo (ARENA e MDB) e proibiu toda manifestação popular que visse atentar contra a “ordem pública” (TOMAZI, 1993, p. 245).

O trabalho utilizava-se da história inclusiva. De acordo com CARDOSO (1983, p. 350), “não podemos conformar, já apenas com o fato do vocábulo” social ser

conveniente porque é o bastante amplo para convocar discussão interdisciplinária admitindo afinal, que toda a história é social”.

Para mudar essa visão, precisamos encontrar o caminho da inclusão, do respeito às diferenças individuais. A classificação de seres humanos como incapazes por residirem no setor rural tem sido apenas mais uma forma de discriminação renegando a essas pessoas a possibilidades de superar suas limitações. Haja vista, os exemplos da Guerra de Canudos e Contestado no início da República, muitas vezes descritos como resultados apenas do fanatismo religioso, ou como reação de monarquistas contra a República, na realidade tivemos todos eles que acendeu no homem sertanejo o desejo e a coragem de lutar por seus direitos, por sua reivindicações de uma vida melhor e suas terras.

No início da República, ainda no final do século XIX, a violenta repressão ao movimento de Canudo (1893 – 1897), na Bahia, marcaria o tom com que os governos tratariam os movimentos sociais nos anos seguintes. Canudos tem sua importância destacada não apenas pelas derrotas sucessivas que impôs as expedições militares, mas também pelo exemplo de um povo rude, criado na miséria do sertão nordestino e oprimido pelos senhores e pela natureza, que, sob a liderança de Antônio Conselheiro, construiu uma comunidade sem polícia e sem impostos, onde todos trabalhavam e a produção era distribuída conforme as necessidades de cada um. (TOMAZI, 1993, p.242).

A luta pela terra no Brasil, já que nós tivemos vários movimentos pela reforma agrária como os exemplos da Guerra de Canudos na Bahia de 1893 a 1897, a luta pela terra no Brasil é um processo histórico de “longa duração” que marca as várias concepções sobre o uso da terra iniciada com a Colonização e Internacionalização econômica.

Segundo Tomazi (1993, p.242) a luta pela terra não decorre apenas da necessidade de se conquistar um pedaço de chão para trabalhar, mas também da necessidade de se conquistarem direitos e de fazer com que as leis expressem esses direitos e sejam respeitadas.

A superação dos obstáculos sociais, segundo BOFF (2001, p.37), “eles não são coisas do passado arcaico, produtos aleatórios do pensamento primitivo ou fantasias incontroladas. São atuais, porquanto nós, modernos, também criamos mitos”.

Partindo-se do princípio que a história de mitos, que são uma fonte de desinformação e outros preconceitos, perante a realidade do homem rural, é subjacente na mente de nossa população, as práticas da educação do campo

deveriam ser trazidas à tona e discutidas claramente para haver superação. Isso só se dará através de pesquisas e debates em torno na questão do campo e da inclusão no ensino regular no Brasil

Expor sobre o conhecimento dos mitos BOFF (2001, p. 37), “não é seguro que nós modernos, com nossa inteligência instrumental, com toda nossa tradição de pesquisa empírica, de crítica e de acumulação de saberes sobre praticamente tudo, conheçamos mais o ser humano que os antigos de mitos.”.

Com atenção para o ensino inclusivo relataram STAINBACK. (1999, p.248), “embora nem todos possam aprender a mesma quantidade de coisas ou ter o mesmo nível de conhecimento nessas áreas acadêmicas, qualquer coisa que seja adquirida é válida e digna.

A inclusão estaria mais relacionada a uma proposta de ordem social, cuja meta é incluir, desde o princípio do ensino regular, aquela parcela da população que tem sido excluída. Pressupõe uma mudança radical na escola.

O grande desafio para educação do homem rural na atualidade é de refutar as teses conservadores do sistema educacional vigente no Brasil, os pós e contras que são entraves burocráticos para autonomia de uma sociedade inclusiva para os brasileiros. Se não devemos fazer uma legenda totalmente negra, igualmente não devemos fazer uma cor-de-rosa sobre a educação do campo e a socialização do Novo Milênio.

Na verdade, o envolvimento dos alunos em suas próprias experiências de aprendizagem e no planejamento e na implementação de experiências de aprendizagem intencionais e significativas para seus colegas é considerado fundamental para as turmas inclusivas. Os alunos podem propor atividades, reunir materiais e organizar e implementar qualquer ajuda de que algum deles necessite (STAINBACK.1999, p.246).

O princípio de tudo é o diálogo, entendido a partir dessa relação entre docente e discente. De forma alguma é uma relação puramente o somente afetiva ou emotiva; significa uma reflexão sobre as possibilidades de abertura do educando a novas condutas, desenvolver uma ação avaliativa e mediadora para a inclusão da educação do campo no sistema educacional como uma forma de integração social para todos do ensino regular no Brasil. Verificando como esta inclusão acontece, como se processa sua integração social e seu desenvolvimento na aprendizagem, com a crença de que as escolas possam se abrir para receber pessoas educativas ruralistas, pois a inclusão beneficia a todos.

2.1 A QUESTÃO DA TERRA DO HOMEM RURAL

Refletir sobre as transformações do êxodo rural para o êxodo urbano e as modificações que elas geram no modo de vida das populações e nas relações de trabalho. Segundo Prado (1995, p 15) a política de educação para o mundo rural no Estado Novo (1937-1945) objetivava aproximar a escola de tarefas práticas às necessidades imediatas da população do campo. Acrescia-se a concepção de que educar era fixar e adaptar o homem a terra. O autor entende que o princípio de tudo é o diálogo, entendido a partir da relação entre a população e vários segmentos social que gera a questão da terra com o respeito ao homem rural.

Uma tendência de pensamento articulada por alguns intelectuais que formularam ideias que já vinham sendo discutidas desde a década de 1920 e que resumidamente consistiam na defesa de uma escola adaptada e sempre referida aos interesses e necessidades hegemônicas no setor rural; esse pensamento privilegiava o papel da escola na construção de um “homem novo” adaptado à nova realidade brasileira e de uma relação “homem rural escola” pretensamente nova (PRADO, 2000 p.50).

A importância ao se escrever a verdadeira história brasileira que não deve ser somente a dos vencedores, mas também a dos vencidos, as cenas de fatos da vida real. Fazem com que os alunos vejam que os homens do campo ficavam abandonados pelo governo que não tem um plano governamental voltados para a agricultura e o processo de reforma agrária do Brasil sempre está legado ao próximo governo um jogando a responsabilidade para outro em quanto nós o povo pagamos cada vez mais caro para obtenção dos gêneros alimentícios em nossa mesa em um país tão rico pela sua extensão territorial a falta de política socioeconômica tem que se a bandeira na mão de nossos alunos para reverterem a crise da condição econômica e social do povo na vida rural e também na urbana.

No Estado Novo as ideias de ruralismo pedagógico vinculavam-se a uma orientação pragmática, ou seja, o valor da escola rural se traduzia para além da ação educativa, em um trabalho cívico, patriótico e com finalidades econômicas. Se o objetivo da escola rural era valorizar, fixar o homem do campo ao seu meio cabia ao professor primário rural divulgar a ideologia oficial “ser agente construtor e difusor da nova cultura política” (PRADO, 2000, P.53).

Sendo assim, já está fazendo, com o presente trabalho, demonstrar o valor “erro” no desenvolvimento cognitivo, dada à importância dessa compreensão para

uma visão mais construtiva do “erro”, enfatizando a importância da avaliação dialógica e mediada como uma das formas de favorecer a democratização para a sociedade inclusiva da Educação do campo embasamos o nosso trabalho, através de uma revisão na conscientização que nos remeterá ao cerne da questão que é a avaliação das pessoas do campo no processo de ensino-aprendizagem dentro da sociedade brasileira.

Geralmente encontramos entre os trabalhadores rurais brasileiros baixos indicadores socioeconômicos, como elevada natalidade, elevado analfabetismo, pequena qualificação profissional e baixa remuneração. Além disso, eles sofrem com a falta de cumprimento da Legislação trabalhista por parte de alguns patrões e o elevado número de acidente com ferramentas, como facções. Quanto mais distantes das principais cidades e capitais, mais tensas são as relações sociais no campo (ALMEIDA; RIGOLIN, 2002, p.410).

Na sociedade contemporânea as memórias tem perdido dia-a-dia seu espaço. Os seres humanos, independente de sua origem ou grau de cultura, sempre procuraram conquistar a sabedoria das coisas. E as explicações que o homem primitivo dava aos fatos foram repletas de fantasias e erros, por isso, a história do homem rural era considerado e tinha base na experiência particular de cada comunidade.

3. A INTEGRAÇÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO PARA O NOVO MILÊNIO

Este tópico do trabalho o foco se torna de forma exploratória quanto a avaliação de desempenho de uma sociedade inclusiva. Muitas vezes, por falta de objetividade dos critérios utilizados ou pela má fluência na comunicação, são cometidos equívocos subestimados ou superestimando dos homens do campo para o processo de ensino regular com suas expectativas de aperfeiçoamento e de desenvolvimento e a reabilitação, enfatizando-se a importância da democratização da Educação do campo para o Brasil.

Partindo deste cenário, a educação do campo para a virada do milênio também propõe a ilação dos paradigmas educacionais e governamentais, cujo desdobramento resultou em síntese, e, sobretudo tendo como saldo qualitativo o encaminhamento que se dará no sentido de aprender as concepções mais modernas da inter-relação para a sociedade sem exclusão dos homens do campo bem como se colocando em posição de vanguarda, frente à aceitação do novo.

As teorias de avaliação institucional recomendam o envolvimento e a participação de todos em terem por objetivo provocar determinadas mudanças na prática pedagógica global, nas convivências à diversidade para uma qualidade de integração social para todos os que tem interesse direto na virtude educacional, isto é, alunos, pais, corpo docente e parte da sociedade que está inserida de alguma maneira e luta para uma sociedade inclusiva.

De acordo com a Constituição de 1988, no artigo 6º, traz o documento da Declaração Universal do Direitos Humanos, que diz: “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à calamidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. (p. 18)

Em busca de melhoria da qualidade de vida como o velho ditado popular que prevenir é melhor que remediar. E a passagem de um experiência calçada em práticas construídas e modificadas através de conhecimentos e buscas de parcerias, tendo sempre o mesmo herói da história: a Preservação junto com a integração da educação do campo.

Para WERNECK (1997, p.224) informa que, “a incerteza não é apenas a mãe do medo e a mãe da humanidade. A incerteza move o homem. Deparamo-nos,

a cada dia, com o que não entendemos e nem temos tempo – mesmo que haja interesse de tentar entender”.

Verificando como esta inclusão acontece, como se processa sua intenção social e seu desenvolvimento na aprendizagem, com a crença de que as escolas possam se abrir para receber pessoas com várias diversidades culturais e educativas, pois a inclusão beneficia a todos.

A aquisição de um novo saber segundo WERNECK (1997, p.225), “subinformação é informação errada, pela metade, manipulada pela mídia, distorcida de boca em boca, antiga, paternalista, não colaboradora da inclusão”.

São essas situações que interessam que permitirá à pessoa a igualdade de oportunidades e tratamento e ao exercício da Cidadania. O presente trabalho teve objetivo sensibilizar os professores, sociedade, governo e todo o campo diretivo das escolas, fundamentalmente para o ensino regular e a realidade do campo no Brasil que viabilize a implementação de políticas educacionais, privilegiando a questão da sociedade incluída na exposição do projeto “Oportunidades Iguais para Todos”, priorizando a área da Educação do campo.

E uma possível tentativa de solução para TOMAZI (1993, p.15) todos os homens possuem conhecimentos práticos de como agir, como participar de instituições, de grupos, etc. Assim, todos possuem um certo senso comum acerca da sociedade – ou seja, uma série de conhecimento adquiridos na prática de como agir em situações coletivas”.

Visando preparar os seres humanos a conseguirem lidar com as cobranças que o século XXI exigirá frente à educação do campo, com as tendências apresentadas pela sociedade moderna, as bases educacionais brasileira estão sofrendo modificações.

Conforme TOMAZI (1993, p.17) “não é o homem” enquanto ser isolado da história que interessa para o estudo da sociedade, mas “os homens” enquanto seres que vivem e fazem a história”.

Os docentes sentem a necessidade de estar constantemente em capacitação, o que facilita ou contribuiria para o desenvolvimento interno das capacidades cognitivas sobre a educação do campo para os discentes e a sociedade Brasileira, mas as intenções do presente trabalho são de mostrar que o passado é múltiplo, dando subsídio para uma nova abordagem a respeito do papel das elites no panorama político brasileiro. Para se saber o que está acontecendo na

atualidade permite aos discentes uma análise mais profunda nos temas desenvolvidos em sala de aula, levando-o um aprofundamento das informações dos processos históricos na questão na terra do Brasil.

É neste contexto que se faz necessário pensar a educação do campo, que esteve à margem nas políticas educacionais, uma vez que da ótica oficial a educação não era necessária aos povos trabalhadores da terra. A questão agrária esteve visível em diferentes conjunturas políticas, em função da atuação dos movimentos que reivindicam reforma agrária, muito embora ela tenha sido tratada como problema social, como diz Martins (2000), e não como questão estrutural. Já, a educação do campo tem conquistado espaço político na conjuntura atual, em função da atuação dos movimentos sociais e das iniciativas governamentais que, por sua vez, foram impulsionadas pela sociedade civil organizada.

É preciso esclarecer que a definição de escola do campo só tem sentido quando pensada a partir das particularidades dos povos do campo. Essa definição está referendada, no parágrafo único do art.º das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo:

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes a sua realidade, ancorando-se na sua temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de Ciências e Tecnologia disponível na Sociedade e nos Movimentos Sociais em defesa de projetos que associem as soluções por essas questões à qualidade da vida coletiva no país (MEC, 2002, p.37).

A escola do campo deve corresponder a necessidade da formação integral dos povos do campo. Para tal, precisa garantir o acesso a todos os níveis e modalidades de ensino (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Médio e Profissionalizante, Educação de Jovens e Educação Especial), de acordo com o artigo 6 das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, e não apenas se restringir, como usualmente, aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Dentre as contradições da sociedade brasileira tem presença a questão agrária, que como diz Martins (2000) “[...] tem a sua própria temporalidade, que não é o `tempo` de um governo. Ela não é uma questão monolítica e invariante: em diferentes sociedades, e na nossa também, surge em circunstâncias históricas determinadas e passa a integrar o elenco de contradições, dilemas, tensões que mediatizam a dinâmica social e, nela, a dinâmica política” (p.98-99). Para o autor, a questão agrária é eminentemente histórica, trata-se do tempo da conjuntura histórica

e não simplesmente das diversas conjunturas políticas e econômicas. “A questão agrária está no centro do processo constitutivo do Estado republicano e oligárquico no Brasil, assim como a questão da escravidão estava nas próprias raízes do Estado monárquico no “Brasil Imperial”. (MARTINS, 2000, p,101).

3.1 O MST - MOVIMENTO DOS SEM TERRA

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) é um dos mais importantes movimentos sociais do Brasil, tendo como foco as questões do trabalhador do campo, principalmente no tocante à luta pela reforma agrária brasileira. Como se sabe, no Brasil prevaleceu historicamente uma desigualdade do acesso a terra, consequência direta de uma organização social patrimonialista e patriarcalista ao longo de séculos, predominando o grande latifúndio como sinônimo de poder. Desta forma, dada a concentração fundiária, as camadas menos favorecidas como escravos, ex-escravos ou homens livres de classes menos abastadas teriam maiores dificuldades à posse da terra.

Desde sua criação o MST inclui em sua agenda política a luta por escola, e a discussão sobre que escola deveria fazer parte da vida da família Sem Terra.

A obra educativa do MST tem três dimensões principais:

- 1 – O resgate da dignidade a milhares de famílias que voltam a ter raiz e projeto. Os pobres de tudo aos poucos vão se tornando cidadãos: sujeitos de direitos, sujeitos que trabalham, estudam, produzem e participam de suas comunidades, afirmando em seus desafios cotidianos uma nova agenda de discussões para o país;
- 2 – A construção de uma identidade coletiva, que vai além de cada pessoa, família, assentamento. A identidade de *Sem Terra*, assim com letras maiúsculas e sem hífen, como um nome próprio que identifica não, mais sim sujeitos de uma condição de alta: não ter terra (sem-terra), mas sim sujeitos de uma escolha: a de lutar por mais justiça social e dignidade para todos, e que coloca cada Sem Terra, através de sua participação no MST, em um movimento bem maior do que ele; um movimento que tem a ver com o próprio reencontro da humanidade consigo mesma;

3 – A construção de um projeto educativo das diferentes gerações da família Sem Terra que combina escolarização com preocupações mais amplas de formação humana e de capacitação de militantes.

Os objetivos do MST, para além da reforma agrária, estão no bojo das discussões sobre as transformações sociais importantes ao Brasil, principalmente àquelas no tocante à inclusão social. Se por um lado existem avanços e conquistas nesta luta, ainda há muito por se fazer em relação à reforma agrária no Brasil, seja em termos de desapropriação e assentamento, seja em relação à qualidade da infraestrutura disponível às famílias já assentadas. Segundo dados do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), o número de famílias assentadas nestes últimos anos foi de 614.093, sendo criados neste mesmo período 551 assentamentos. Ainda conforme o INCRA, no total, o Brasil conta com 85,8 milhões de hectares incorporados à reforma agrária e um total de 8.763 assentamentos atendidos, onde vivem 924.263 famílias.

3.2. PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO DO MST.

O ser humano vive em transformação constante, logo a formação é contínua, embora a educação escolar não é suficiente para ofertar uma educação de qualidade social, por isso, o MST desde a sua construção histórica aponta proposta para o processo educativo para uma escola curiosa, crítica e que contribua para a emancipação do povo brasileiro e insere a cultura, o trabalho, as lutas sociais independente do espaço e do tempo em que o sujeito vive.

No MST, a educação de qualidade social deve ser combinada com a competência técnica dos profissionais de educação e legitimação das reivindicações da população camponesa para com a escola, tendo sempre presente a avaliação sobre a adequação da escola dentro da organização, pois, a educação do MST, contém princípios que propõe um projeto de ensino-aprendizagem que direciona as práticas pedagógicas para a organização e execução dos trabalhos.

A escola do MST não parte do conteúdo, parte da experiência vivida pelas crianças; experiências de organização; experiências de relacionamento com os outros; as perguntas que surgem, as novas descobertas. Os problemas enfrentados. Estes são o ponto de partida para um ensino diferente. E como fazer este ensino? O MST propõe a execução deste ensino na escola, por trabalho na produção e na

convivência cotidiana, para tentar responder a indagações há sugestões do que a escola tem a fazer.

Na concepção de Arroyo,(1999, p.27):

[...] Interpretar esses processos educativos que acontecem fora, fazer uma síntese, organizar esses processos educativos em um projeto pedagógico, organizar o conhecimento, socializar o saber e a cultura historicamente produzidos, dar instrumentos científico-técnicos para interpretar e intervir na realidade, na produção e na sociedade.

E como vincular o cotidiano da escola, o currículo, a prática com o movimento do campo? Como incorporá-los a prática? É preciso entender a dinâmica do campo, as raízes culturais dos camponeses que de certa forma para a sociedade estes valores estão defasados. Não basta abrir o livro didático e adapta-lo na comunidade. D questão é mais fundamental, é ir às raízes culturais do campo e trabalha-las, incorporá-las como herança coletiva que mobilize e inspira lutas pela terra, pelos direitos, por um projeto democrático e também pede educação. Nesse sentido Arroyo, (1999, p.30) argumenta que: “Superar a visão de que a cultura do campo é estática paralisante voltada para a manutenção de formas e valores arcaicos”.

No MST, a educação é vinculada dentro dos princípios que surge após reflexões das práticas pedagógicas, como fruto de experiências acumuladas, trazendo propostas que devem construir uma sociedade diferente, sustentando o processo educacional nas escolas de acampamentos e assentamentos como linha políticas e contemplando a escolarização para a redução do analfabetismo.

Os princípios da educação do MST encontram-se no Caderno de Educação n 08, os quais vem propondo um a educação para as classes populares. É pautada na educação do povo e se caracteriza nos princípios filosóficos e pedagógicos, apresentando a valorização do trabalho e da realidade, ambos ligadas ao principio educativo e da luta política.

Nos princípios filosóficos apresentam novas visões sociais do mundo, um pensar diferenciado em relação à humanidade, à sociedade e um novo jeito de compreender e fazer a educação, a saber: educação para a transformação social; educação para o trabalho e cooperação; educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana; educação com/para os calores humanistas e socialista; e educação como um processo permanente de formação.

Nos princípios pedagógicos trazem a proposta de concretizar os princípios filosóficos. Refere-se ao jeito de fazer e pensar a educação. Para concretizar a educação o MST é preciso ter: relação teoria e prática; combinação metodológica entre processos de ensino e de capacitação; a realidade com base na produção de conhecimento; conteúdos formativos socialmente úteis; educação para o trabalho e pelo trabalho; vínculo orgânico entre processos educativos/processos políticos; vínculo orgânico entre processos educativos e processos econômicos; vínculo orgânico entre educação e cultura; gestão democrática; auto-organização dos/das estudantes; criação de coletivos pedagógicos e formação permanente dos educadores/as; e atitude e habilidade de pesquisa.

Estes princípios são essenciais para a reflexão metodológica da proposta educacional, proporcionando reflexão do processo educativo, através das diversidades e de práticas pedagógicas desenvolvidas nos espaços educativos.

A implantação destes princípios é baseada na realidade singular de cada espaço, pois o momento histórico, a correlação da força política, as parcerias e o apoio da sociedade são fatores que contribuem na execução das práticas deste princípio, assim a luta pelo direito à educação e a construção de uma nova pedagogia, que da origem a chamada proposta de Educação do MST que projeta as práticas pedagógicas subsidiado pelos princípios pedagógicos e filosóficos que fundamenta o MST.

A primeira liga fundada na Paraíba foi na cidade de Sapé, a partir da liderança de João Pedro Teixeira, que antes tinha trabalhado nas pedreiras em Recife e Jaboatão (PE) e também tinha mantido contato com o Partido Comunista, tinha algum conhecimento e sabia como era a vida dos trabalhadores nestas frentes de trabalho, sob a denominação de Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Sapé, foi registrada no cartório (LEMOS, 2008). A sua criação trouxe um rastro de esperança e de alegria para o povo.

A figura de João Pedro Teixeira conseguiu mobilizar e despertar os trabalhadores. A realização de encontros com grupos de trabalhadores foi a forma encontrada para discutir a realidade, formar quadros e convencer os camponeses da importância e da necessidade da organização. A Liga Camponesa de Sapé iria ser o centro de todo o movimento camponês na Paraíba, disseminando-se rapidamente por outros municípios da Zona da Mata e do agreste, Sapé se constituiu no centro de

irradiação do movimento na Paraíba. A partir daí foram sendo criadas ligas em outros municípios do estado.

Assim, após a morte de João Pedro Teixeira, Elizabeth Teixeira sua esposa assumiu a liderança da Liga de Sapé continuando a luta, e a resistência juntamente com outros 10 mil camponeses associados na Liga naquele momento, contra a exclusão e as dificuldades impostas aos camponeses da região. Essa ideia nos apresenta e reforça o quanto os movimentos sociais, quando unidos, e coesos, ante esses movimentos, podem influir na ordem estabelecida, quando buscam espaços para representar seus interesses, mesmo quando setores conservadores se colocam na tentativa de desvalorizá-los e de constituir sua imagem de forma pejorativa.

4. CONCLUSÃO

Em tempo dominado pela transformação inclusiva, na qual se inclui a universalização do direito da cidadania para todos, este é um espaço fundamental para compreendermos as variadas práticas pedagógicas para Educação do Campo. Nesta pesquisa, buscamos uma história do ser humano, inserido em seu grupo social, como forma de dar subsídios a novas pesquisas científicas.

Acreditamos que também as fontes bibliográficas reunidas neste trabalho possibilitaram aos pesquisadores desenvolver analogicamente os mais variados assuntos que foram abordados a cerca da Educação do Campo no Brasil.

Entendemos que questões pertinentes às pessoas do setor rural são difíceis de serem tratadas por envolverem vários aspectos sociais: o governo, a sociedade, a profissionalização dos professores e o preconceito.

O projeto de pesquisa ingressa no cenário político um espaço de estudo. Espera-se dar conta destas impressões empíricas utilizando-se da concepção do ser humano da realidade histórica de seu país, de um modo geral, torna-se possível a discussão sobre a situação do povo brasileiro na atualidade, é que continua a mesma predominância das elites fundiárias nós chegamos mais de Quinhentos anos de História, as bases estruturais das concentrações das terras são praticamente as mesmas ao longo da História Brasileira.

O trabalho teve como objetivo analisar o comportamento de docentes e a política pública e as diversas visões sobre a manutenção da prática pedagógica e a questão da educação do campo no Brasil. Em especial, preocupam-se em relacionar as varias formas pelos quais os professores, órgãos públicos e a sociedade buscam uma relação dialógica na construção dos conhecimentos educacionais para as diversas disciplinas da realidade da educação do campo.

O estudo insere-se no campo da qualitativa, configurada em um estudo de exclusão, onde a preocupação central é retratar as possibilidades de inclusão; a pesquisa está dentro de uma abordagem etnográfica, por possibilitar também a combinação de vários instrumentos de coleta, observação que possuam oferecer um quadro vivo com toda riqueza de informações faz parte integrante uma revisão teórica na exclusão do estudo de campo.

Historicamente, a discriminação é um fenômeno que põe em jogo a própria sobrevivência, que uma grande parcela da população da luta pela terra foi excluída do convívio social, e muitas arbitrariedades ocorrem no dia-a-dia pela falta da democratização do conhecimento, que deveria ter um compromisso explícito de transformação social, na qual se inclui a universalização do direito da cidadania para todos.

É inquestionável a importância da integração social das práticas políticas na realidade atual. Os preconceitos, nos dias de hoje com toda nossa técnica, tecnologia e conhecimento, já deveria ter superado. Mas, ainda hoje, varias pessoas se mostram muitos não conseguem enxergar ou fingem não ver a necessidade da integração. Política que os seres humanos, independentes de sua origem ou grau de cultura, sempre procuraram a sabedoria das coisas.

Concluimos que na sociedade contemporânea a memória tem perdido dia a dia seu espaço, nada melhor que trabalhar pesquisas de memórias que sejam verídicas, pois representa aquele que impede que a história se perca, organizando as fontes históricas de memórias, materialização do distanciamento do ser humano de suas raízes e sua verdadeira história de seu país. Passado, presente e futuro entrelaçam no lembrar e esquecer.

Percebe-se então que memória é resistência, na medida em que extrapola o tempo da sociedade contemporânea, que hoje existem características da luta pela terra no Brasil como uma crítica diante da reedição dos seus princípios e métodos, os quais de maneira alguma condizem os ditames da verdadeira democracia para todos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Lúcia Marina Alves; RIGOLIN, Tércio Barbosa. **Geografia**. São Paulo: Ática, 2002.

ARROYO, Miguel Gonzales, **Imagens quebradas** Petrópolis: Vozes, 2004.

BÍBLIA. O livro de Jó. Português. Bíblia sagrada. Tradução por João Ferreira de Almeida. 2ed. Barueri-SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993, p.362

BRASIL. LDB, Lei 9394/96 **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Conde, 1996.

BRASIL. Constituição. República Federativa do Brasil, 1988. Ministério da Educação.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano-compaixão pela terra**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

BRASIL. Constituição República Federativa do Brasil, 1988. Ministério da Educação.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABABER, José Antônio. **Agroecologia: Alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA,2004.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Os métodos da história**: Introdução aos problemas, métodos e técnica da história demográfica, econômica e social. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

DAMASCENO, M.N. A construção do saber social elo camponês na sua prática produtiva e política. **Educação e escola no campo**. Campinas: Papirus, 1993.

Diretrizes Operacionais para Educação Básica das Escolas do campo, CNE/MEC, Brasília, 2002.

FARIA Sheila de Castro; FLORENTINO, Manolo; FRAGOSO; João. **A economia colonial brasileira(século XVI-XIX)**. São Paulo:Atual,1998.

FERNANDES, Bernardo. Mançano. **A questão agrária no Brasil hoje: subsídios para pensar a educação do campo.** Cadernos Temáticos – Educação do Campo. SEED/PR, Curitiba, 2005.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e ousadia** o cotidiano do professor. São Paulo: Paz e Terra S.A, 1998.

LEITE, S. C. **Escola rural:** urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 1999.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rural. Disponível em: <http://www.ibge.br>. Acessado em 15/04/2009.

MARTINS, José Sousa. **Reforma Agrária:** O impossível dialogo sobre a história possível. São Paulo: USP, FFLCH, 2006.

PRADO, Adonia Antunes. **Ruralismo pedagógico no Brasil do Estado Novo.** Estudo Novo. Estudos Sociologia e Agricultura, Rio de Janeiro: BNDES, Brasília, CNI, SEBRAE, 1998.

SCHELLING, Vivian. **A presença do povo na cultura brasileira.** Campinas: Editora da UNICAMP 1991.

SOTERO, Ana Maria. II Semana Nacional de Cultura e Reforma Agrária do MST. CIDADE, em Novembro de 2004.

STAINBACK, Susan, William. **Inclusão Um guia para Educadores:** Envolvimento dos Colegas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

TOMAZI, Nelson Dacio. **Iniciação a Sociologia.** São Paulo: Atual, 1993.

WERNECK, Cláudia. **Ninguém mais vai ser bonzinho, na Sociedade Inclusiva:** A desinformação e o escuro. Rio de Janeiro: Wva, 1987.